

Curso de Especialização

Direitos Humanos, Igualdade
e Direito Ambiental





Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/medicina/curso-especializacao/curso-especializacao-direitos-humanos-igualdade-direito-ambiental

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Direção do curso

pág. 12

04

Estrutura e conteúdo

pág. 16

05

Metodologia

pág. 28

06

Certificação

pág. 36

01

Apresentação

Todas as sociedades devem lutar pela igualdade e pelo cumprimento dos Direitos Humanos, bem como por um ambiente limpo, saudável e sustentável. No entanto, ainda há cantos do mundo onde esta luta só será bem sucedida com a cooperação dos países mais desenvolvidos. Esta especialização foi concebida com o objetivo de formar médicos nestas questões importantes e relevantes na sociedade atual, para que possam transferir todos os seus conhecimentos para as sociedades mais necessitadas.





“

Uma população consciente dos Direitos Humanos, da Igualdade e dos Direitos Ambientais é uma população mais desenvolvida. Forme-se connosco e ajude as sociedades mais desfavorecidas a lutar por estes direitos”

Os países em desenvolvimento ou os países em conflito precisam do apoio de outras sociedades para alcançar um crescimento igualitário e sustentável. Nestes locais, a ajuda de profissionais de Medicina é muito importante, uma vez que, em muitos casos, se trata de regiões que não dispõem dos recursos necessários para cuidar da saúde dos seus habitantes. Mas é também essencial para garantir o respeito dos Direitos Humanos, da Igualdade e da prevalência do Direito Ambiental.

Neste contexto, a TECH concebeu este Curso de Especialização completo que visa aumentar a formação de profissionais de Medicina neste campo, com o objetivo de poderem colaborar com ONGs ou instituições públicas e privadas que trabalham em regiões com necessidades sociais e económicas, a partir de uma disciplina global e multissetorial, alcançando benefícios para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Os Direitos Humanos e os Direitos Ambiental estão intimamente ligados, embora seja necessário analisar os pontos de ligação entre os dois para os compreender. Neste caso, trata-se da ordem jurídica e da sua eficácia na garantia dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável como condição essencial para o alcançar. O Direito Ambiental, por outro lado, está demasiado centrado na regulação da conduta humana normal, utilizando instrumentos tradicionais. Embora a resolução destes problemas não seja fácil, é necessário sensibilizar o público para a proteção ambiental e a sustentabilidade, a fim de podermos proteger o nosso meio ambiente, que é o legado das gerações futuras.

Por outro lado, é dada especial ênfase ao conceito de igualdade, que, embora sempre tenha estado ligado à justiça, no caso das desigualdades sociais e económicas está ligado ao estatuto ou às oportunidades. A igualdade refere-se assim ao conceito de garantir que todos os indivíduos possam ter acesso às mesmas oportunidades.

Além disso, como se trata de uma capacitação 100% online, o médico pode conciliar o estudo deste Curso de Especialização muito completo com o resto das suas tarefas quotidianas, escolhendo sempre onde e quando estudar. Uma capacitação de alto nível que conduzirá o profissional de Medicina ao mais alto patamar na sua área.

Este **Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Cooperação Internacional
- ♦ Os conteúdos gráficos, esquemáticos e predominantemente práticos com que está concebido fornecem informações científicas e práticas sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ♦ Novos desenvolvimentos em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental
- ♦ Os exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser efetuado a fim de melhorar a aprendizagem
- ♦ O seu foco em metodologias inovadoras em Cooperação Internacional
- ♦ As aulas teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre temas controversos e atividades de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Este Perito Universitário visa aumentar as competências dos profissionais de Medicina, centrando-as nas necessidades das regiões com recursos médicos escassos e Direitos Humanos limitados, com o objetivo de que sejam capazes de colaborar com ONGs ou instituições públicas e privadas para melhorar a sua qualidade de vida"

“

Este Curso de Especialização é o melhor investimento que fará ao selecionar uma capacitação de atualização por duas razões: além de atualizar os seus conhecimentos em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental, também obterá um certificado da TECH Universidade Tecnológica”

O corpo docente do Curso inclui profissionais do setor que trazem a sua experiência profissional para esta capacitação, para além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, irá permitir que o profissional tenha acesso a uma aprendizagem situada e contextual, isto é, um ambiente de simulação que proporcionará uma capacitação imersiva, programada para praticar em situações reais.

A conceção desta especialização foca-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá tentar resolver as diferentes situações da atividade profissional que surgem ao longo do Curso de Especialização. Para tal, contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo desenvolvido por especialistas reconhecidos.

Invista na TECH e estará a investir no seu futuro.

Atualize os seus conhecimentos em matéria de Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental e colabore na mudança social, melhorando a saúde nos países em desenvolvimento.



02

Objetivos

A conceção desta especialização permitirá ao estudante adquirir as competências necessárias para atualizar os seus conhecimentos em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental numa perspetiva médica. Para tal, conta com o conhecimento de profissionais com uma vasta experiência neste campo, que contribuiram para o desenvolvimento dos tópicos do plano de estudos, valorizando o profissional numa perspetiva global, com uma capacitação completa para atingir os objetivos propostos. Assim, desenvolverá competências na área da Medicina, adaptando-se a ambientes vulneráveis.





“

Tomar consciência dos atores envolvidos no desenvolvimento, do porquê e das suas consequências orientá-lo-á para uma melhor prática médica”



Objetivos gerais

- ♦ Proporcionar aos alunos uma capacitação avançada em Cooperação Internacional, de caráter especializado e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitam adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação como profissional de Cooperação Internacional
- ♦ Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento com base nos mais recentes desenvolvimentos políticos sobre os processos de sustentabilidade envolvidos nos aspetos económicos e sociais
- ♦ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias de adaptação e resolução dos problemas do mundo atual através da investigação científica nos processos de cooperação e desenvolvimento
- ♦ Difundir as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do Direito Internacional



Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente ajudá-lo-á a lidar com casos específicos, como os vividos durante a pandemia de Covid-19"





Objetivos específicos

Módulo 1. O desenvolvimento das populações: introdução e desafios

- ♦ Compreender a importância do desenvolvimento das populações
- ♦ Tomar consciência dos atores envolvidos no desenvolvimento, o porquê e quais as suas consequências
- ♦ Conhecer e clarificar conceitos básicos como pobres e empobrecidos
- ♦ Tomar consciência da situação mundial e do desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se com a estrutura económica do mundo
- ♦ Gerir os conceitos de desenvolvimento sustentável, objetivos sustentáveis, etc. para atingir as suas metas e objetivos
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- ♦ Compreender, prestar ou ajudar em atividades humanitárias dirigidas às vítimas de conflitos armados ao abrigo do Direito Internacional Humanitário
- ♦ Qualificar os diferentes tipos de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas de tais conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e estar em condições de o aplicar
- ♦ Conhecer as limitações impostas pelo Direito Humanitário aos combatentes em matéria de condução das hostilidades, de respeito pelas zonas, locais e instalações assinalados com um sinal de proteção, bem como a exigência de um código de conduta em relação aos feridos, ao pessoal médico e religioso e às organizações humanitárias
- ♦ Identificar situações e pessoas particularmente vulneráveis em conflitos armados, conhecendo a proteção que lhes é conferida pelo Direito Internacional Humanitário

- ♦ Responder a crises e emergências humanitárias, avaliando a urgência da situação e planeando e desenvolvendo ações para as enfrentar
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais se realizam as ações de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e decidir sobre novas formas de atuação

Módulo 3. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que entendemos por género, desenvolvimento e direitos das mulheres
- ♦ Conhecer o papel dos movimentos feministas nos processos de avanço e transformação social
- ♦ Intervir numa perspetiva de género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 4. Direitos Ambiental

- ♦ Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente
- ♦ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e a forma como afetam o meio ambiente
- ♦ Analisar os regulamentos e a legislação em vigor na matéria
- ♦ Integrar de forma transversal as noções de sustentabilidade e de sustentabilidade ambiental e ecológica nos projetos e ações de cooperação
- ♦ Compreender a relação entre as migrações e o desenvolvimento dos países de origem e de destino

03

Direção do curso

Na sua preocupação em oferecer uma educação de elite para todos, a TECH apoia-se em profissionais de renome para proporcionar ao profissional de Medicina um conhecimento sólido em Direitos Humano, Igualdade e Direito Ambiental. Por isso, este Curso de Especialização conta com uma equipa altamente qualificada e com vasta experiência no setor, que oferecerá as melhores ferramentas para o estudante desenvolver as suas competências durante a qualificação. Desta forma, têm as garantias de que necessita para se especializar a nível internacional num setor que exige profissionais com vocação.



“

*Os principais profissionais da área reuniram-se para
lhe ensinar os últimos avanços em Direitos Humanos
e Ambiental, de modo a adquirirem ferramentas
aplicáveis em diferentes partes do mundo"*

Diretora Convidada



Dra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ◆ Diretora do Gabinete de Estudos da Direção, INEM
- ◆ Licenciatura em Filosofia e Ciências da Educação, UCM
- ◆ Especialista em Avaliação Educativa, OEI
- ◆ Especialista em Indicadores e Estatísticas da Educação, UNED
- ◆ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Universidade de Barcelona
- ◆ Especialista em Gestão de Conhecimento

Direção



Dra. María del Pilar Romero Mateos

- ◆ Educadora social
- ◆ Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ◆ Professor da formação para o emprego
- ◆ Representante para a Igualdade de Género
- ◆ Autora e colaboradora em projetos educativos, Abile Educativa

Professores

Dra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Chefe Adjunta da Cooperação Cultural do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural, Direção das Relações Culturais e Científicas
- ♦ Licenciatura em Geografia e História, com especialização em Antropologia e Etnologia da América, Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Responsável pela implementação do Guia de Transversalização da Diversidade Cultural da AECID, bem como a sua aplicação em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento realizados pela Agência
- ♦ Membro do corpo docente de conservadores de museus afetos ao Museo da América em Madrid
- ♦ Professora do Mestrado em Gestão Cultural, Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Licenciatura em Biologia com especialização em Zoologia e licenciatura em Ecologia Animal
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- ♦ Cursos de Especialização em Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com Perspetiva de Género; Gestão orientada para os Resultados do Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação; Cooperação Delegada da União Europeia, etc.
- ♦ Trabalho em diferentes áreas da cooperação internacional, principalmente na América Latina

Dra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira
- ♦ Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Cofundador e participante no projeto PalSpain
- ♦ Fundador da Associação Juvenil APUMAK, em Madrid, Espanha

Dra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Licenciatura em Geografia e História, Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Mestrado em Responsabilidade Social das Empresas, Universidade Pontifícia de Salamanca
- ♦ Mestrado em Informação e Documentação, Universidade Antonio de Nebrija, em Espanha, e University College of Walls, no Reino Unido
- ♦ Certificado Avançado em Cooperação Sur, Sur-FLACSO
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação, IUDC-Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- ♦ Licenciatura em Ação Humanitária, Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (IECAH)

Dra. Marisa Ramos Rollon

- ♦ Assessora em Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Investigadora que se dedica às áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e às questões da governação democrática e das políticas de desenvolvimento
- ♦ Diretora do Curso da Escola Complutense de Verão de Políticas Públicas e Agenda 2030
- ♦ Docente do Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política e do Mestrado em Liderança Política, ambos na UCM, e do Mestrado em Relações América Latina-UE, Universidade de Alcalá de Henares

04

Estrutura e conteúdo

O plano de estudos desta capacitação foi concebido para que os profissionais de Medicina possam alargar os seus conhecimentos no domínio dos Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental, permitindo-lhes desenvolver melhor as suas funções profissionais, seguindo as orientações propostas pela equipa docente que contribuiu com os seus conhecimentos e experiência para a especialização. Assim, foi criado um plano de estudos cujos módulos oferecem uma perspetiva ampla da profissão, de um ponto de vista global, com vista à sua aplicação a nível internacional, incorporando no seu campo de trabalho aspetos básicos para qualquer indivíduo. Um desafio que conduzirá o aluno à excelência da sua profissão.

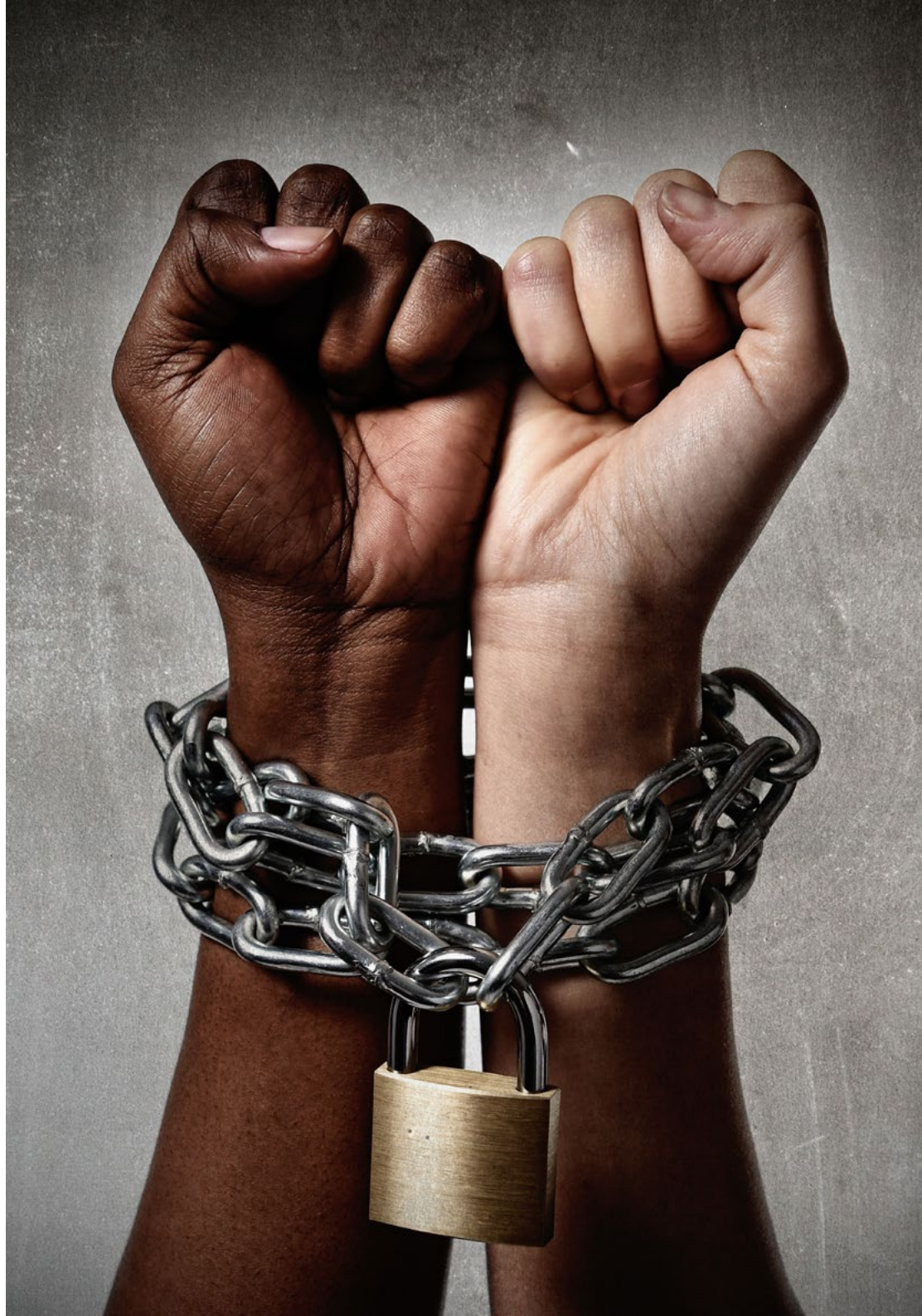


“

Uma qualificação inovadora que não é adequada para médicos sem vocação. Aprofundar o conhecimento dos Direitos Humanos, da Igualdade e Ambiental abrirá um campo de ação até agora quase insondável”

Módulo 1. O desenvolvimento das populações: introdução e desafios

- 1.1. O desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que se entende por desenvolvimento?
 - 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento pela modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento por dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do Desenvolvimento Neoinstitucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento pela Democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento pela identidade cultural
 - 1.1.4. Atores implicados no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. Dependendo da forma como é canalizada, a ajuda pode ser
 - 1.1.4.2. De acordo com a sua forma
 - 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que é que se entende por empobrecidos?
 - 1.1.6. Desenvolvimento económico, social e sustentável
 - 1.1.7. PNUD
 - 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmicas e atores na sociedade internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. A sociedade internacional
 - 1.2.4. Modelos da sociedade internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinâmico
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Características da sociedade internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade global de referência
 - 1.2.5.2. Distingue-se da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A sociedade internacional requer uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A sociedade internacional goza de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade



- 1.2.7. Estrutura da sociedade internacional
 - 1.2.7.1. Extensão espacial
 - 1.2.7.2. Diversificação estrutural
 - 1.2.7.3. A dimensão cultural da sociedade internacional
- 1.2.8. A polarização da sociedade internacional
 - 1.2.8.1. Conceito
- 1.2.9. Grau de institucionalização da sociedade internacional
- 1.2.10. Bibliografia
- 1.3. Comércio livre
 - 1.3.1. Introdução
 - 1.3.2. Interdependência desigual entre países
 - 1.3.3. Empresas transnacionais
 - 1.3.3.1. O que são?
 - 1.3.4. Situação atual das trocas comerciais
 - 1.3.4.1. As transnacionais e o comércio livre
 - 1.3.5. A OMC
 - 1.3.5.1. Conceito
 - 1.3.5.2. Breve história
 - 1.3.5.3. As atividades da OMC assentam em três pilares
 - 1.3.6. Rondas, conferências e lobbying
 - 1.3.7. Relações de comércio justo
 - 1.3.8. A CONGDE
 - 1.3.8.1. Propostas da CONGNE
 - 1.3.9. Responsabilidade Social das Empresas
 - 1.3.10. Um pacto global
 - 1.3.11. Comércio justo
 - 1.3.11.1. Definição internacional
 - 1.3.12. Bibliografia
- 1.4. Desenvolvimento sustentável e educação
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Educação sobre o Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.2.1. Principais diferenças
 - 1.4.3. Sustentabilidade
 - 1.4.3.1. Conceito
 - 1.4.4. Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.4.1. Conceito
 - 1.4.5. Componentes do desenvolvimento sustentável
 - 1.4.6. Princípios do desenvolvimento sustentável
 - 1.4.7. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
 - 1.4.7.1. Definição
 - 1.4.8. História da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.8.1. Conceito
 - 1.4.9. Reorientar a educação
 - 1.4.10. Orientações para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.11. Bibliografia
- 1.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - 1.5.2.1. Antecedentes
 - 1.5.3. Campanha do Milênio
 - 1.5.4. Resultados dos ODM
 - 1.5.5. Objetivos de desenvolvimento sustentável
 - 1.5.5.1. Definição
 - 1.5.5.2. Quem é que está envolvido?
 - 1.5.6. O que são os ODS?
 - 1.5.6.1. Características
 - 1.5.7. Diferenças existentes entre ODM e ODS
 - 1.5.8. Agenda do desenvolvimento sustentável
 - 1.5.8.1. Agenda 2030
 - 1.5.8.2. Os ODS são juridicamente vinculativos?
 - 1.5.9. Acompanhamento da realização dos ODS
 - 1.5.10. Bibliografia

- 1.6. Teorias sobre o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. Atores no desenvolvimento
 - 1.6.3. Problemas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.6.3.1. Competências
 - 1.6.4. A ONU e a sua ação em prol do desenvolvimento
 - 1.6.4.1. História da ONU
 - 1.6.4.2. A ONU e a sustentabilidade
 - 1.6.5. Programa 21: Agenda 21 das Nações Unidas
 - 1.6.5.1. Objetivos da Agenda 21
 - 1.6.6. PNUD
 - 1.6.6.1. História do PNUD
 - 1.6.6.2. Objetivos do PNUD
 - 1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.7.1. Declínio
 - 1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável
 - 1.6.8.1. Ecodesenvolvimento
 - 1.6.9. Bibliografia
- 1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. Conceito de movimentos sociais
 - 1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais
 - 1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais
 - 1.7.5. Definições dos principais autores
 - 1.7.6. Desafio coletivo
 - 1.7.7. A procura de um objetivo comum
 - 1.7.8. Evolução dos movimentos sociais
 - 1.7.9. Participação e consolidação da Democracia
 - 1.7.10. Os movimentos sociais mais proeminentes dos últimos anos na Europa
 - 1.7.11. Bibliografia
- 1.8. Desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Comunidade
 - 1.8.2.1. De quem depende o êxito de uma comunidade?
 - 1.8.3. Conceito de participação
 - 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.5. Elementos que definem o desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6. Processos de realização do desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6.1. Diagnóstico participativo
 - 1.8.6.2. Plano de desenvolvimento
 - 1.8.6.3. Planeamento participativo
 - 1.8.6.4. Planos de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.7. Doze lições do desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.8. Atores-chave
 - 1.8.9. Bibliografia
- 1.9. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.2.1. Princípios do IDH
 - 1.9.2.2. Objetivos do IDH
 - 1.9.2.3. Limitações do IDH
 - 1.9.2.4. Tipos de indicadores
 - 1.9.3. Características do desenvolvimento humano
 - 1.9.4. Metodologia de cálculo do IDH
 - 1.9.5. Outros Índices de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.5.1. Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às desigualdades
 - 1.9.5.2. Índice de Desigualdade de Género
 - 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
 - 1.9.6. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 - 1.9.7. Conclusões
 - 1.9.8. Bibliografia

- 1.10. Parcerias locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONGD?
 - 1.10.3. Movimentos de desenvolvimento do Estado
 - 1.10.4. Pobreza zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. As suas organizações constituintes
 - 1.10.5. Coordenadora da ONGD, em Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Plano estratégico
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
 - 1.10.6. Coordenadoras automáticas
 - 1.10.7. Grupos de ação social
 - 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 2.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. Conceito e definição de Direitos Humanos
 - 2.1.3. Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
 - 2.1.3.2. Autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.3. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.4. Bibliografia
- 2.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 2.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 2.2.2. Ramos do DIH
 - 2.2.3. Convenção de Genebra e regras fundamentais subjacentes às Convenções de Genebra

- 2.2.4. Âmbito do Direito Internacional Humanitário
 - 2.2.4.1. Proibições e restrições gerais relativas a determinados métodos e meios de guerra
 - 2.2.4.2. Proibições e restrições específicas
- 2.2.5. Quando se aplica o DIH?
- 2.2.6. Quem protege o DIH e como?
- 2.2.7. Bibliografia
- 2.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 2.3.1. A ONU. Organização das Nações Unidas
 - 2.3.1.1. O que é?
 - 2.3.1.2. História da ONU
 - 2.3.1.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 2.3.2. Como a ONU promove e protege os Direitos Humanos?
 - 2.3.2.1. Alto Comissário para os Direitos Humanos
 - 2.3.2.2. Conselho dos Direitos Humanos
 - 2.3.2.3. UNGD-HRM
 - 2.3.2.4. Conselheiros Especiais para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger
 - 2.3.3. Conclusões
 - 2.3.4. Bibliografia
- 2.4. Instrumentos da ONU para a proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Instrumentos legais que apoiam a ONU na proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.2.1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.4.2.2. Democracia
 - 2.4.2.3. Outros organismos da ONU responsáveis pela proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.3. Vários organismos que tratam de questões diferentes
 - 2.4.4. Secretário Geral
 - 2.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 2.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW)

- 2.4.7. Bibliografia
- 2.5. Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. O que é o Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.5.2.1. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.5.3. Principais diferenças entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 2.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 2.5.5. Bibliografia
- 2.6. Organizações não governamentais e defensores dos Direitos Humanos
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.1.1. O que é uma ONGD?
 - 2.6.2. As ONGs e os Direitos Humanos
 - 2.6.3. Categorias de ONGs de Direitos Humanos
 - 2.6.4. Principais características das ONGs de Direitos Humanos
 - 2.6.5. Bibliografia
- 2.7. Violações de Direitos Humanos no mundo
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. Casos de violações dos Direitos Humanos por artigos
 - 2.7.2.1. Artigo 3: Direito de viver em liberdade
 - 2.7.2.2. Artigo 4: Não há escravatura
 - 2.7.2.3. Artigo 5: Não há tortura
 - 2.7.2.4. Artigo 13: Liberdade de circulação
 - 2.7.2.5. Artigo 18: Liberdade de pensamento
 - 2.7.2.6. Artigo 19: Liberdade de expressão
 - 2.7.2.7. Artigo 21: Direito à Democracia
 - 2.7.3. Bibliografia
- 2.8. Direitos Humanos Ambientais
 - 2.8.1. A proteção do meio ambiente como um direito humano
 - 2.8.2. O meio ambiente tem direitos?
 - 2.8.3. Evolução dos Direitos Humanos face a casos sem direitos
 - 2.8.4. Direitos da natureza. Evolução
 - 2.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial

- 2.8.5. Direito ambiental
 - 2.8.5.1. PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- 2.8.6. Bibliografia
- 2.9. ONG de Direitos Humanos
 - 2.9.1. Introdução
 - 2.9.2. Lista de ONGs que trabalham em prol dos Direitos Humanos
 - 2.9.2.1. 1 quilo de ajuda
 - 2.9.2.2. B. Soleil d'Afrique
 - 2.9.2.3. Aasara
 - 2.9.2.4. Ação Andina
 - 2.9.2.5. Ação Global Solidária
 - 2.9.2.6. Ação Verapaz
 - 2.9.2.7. ADANE. Amigos para o Desenvolvimento na África Negra
 - 2.9.3. Bibliografia

Módulo 3. Igualdade e cooperação

- 3.1. Géneros e cooperação
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Conceitos fundamentais
 - 3.1.2.1. A ter em conta sobre o género
 - 3.1.3. Empoderamento
 - 3.1.3.1. Introdução
 - 3.1.3.2. Conceito de empoderamento
 - 3.1.3.3. O que é o empoderamento?
 - 3.1.3.4. Uma breve história do empoderamento
 - 3.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 3.1.4.1. Conceito
 - 3.1.4.2. Uma breve história do feminismo no mundo
 - 3.1.5. Bibliografia
- 3.2. Evolução histórica dos movimentos feministas. Correntes principais
 - 3.2.1. Introdução
 - 3.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 3.2.2. Precursoras do movimento feminista
 - 3.2.3. As sufragistas nos Estados Unidos e na Europa

- 3.2.4. O sufrágio na América Latina
- 3.2.5. O feminismo como movimento social ou novo feminismo
- 3.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 3.2.6.1. Os feminismo do século XXI
 - 3.2.6.2. Evolução dos principais movimentos feministas
- 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. Patriarcados regionais e movimentos de mulheres
 - 3.3.1. Patriarcado
 - 3.3.1.1. Introdução
 - 3.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 3.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 3.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo
 - 3.3.2. Movimentos históricos influentes das mulheres no mundo
 - 3.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 3.3.2.1.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 3.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para as mulheres
 - 3.3.2.1.3. Medicina contra a mutilação genital feminina
 - 3.3.2.1.4. Revolta das mulheres em Aba
 - 3.3.2.1.5. O mundo do trabalho em constante mudança
 - 3.3.2.1.6. No trabalho e na greve, com força
 - 3.3.2.1.6. Nasceram as Nações Unidas
 - 3.3.2.1.8. Para as mulheres do mundo
 - 3.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 3.3.2.1.10. Ativistas, uni-vos
 - 3.3.2.1.11. CEDAW
 - 3.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres
 - 3.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
 - 3.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim
 - 3.3.2.1.15. Resolução 1325 do Conselho de Segurança
 - 3.3.2.1.16. Declaração do Milênio das Nações Unidas
 - 3.3.2.1.17. Ação coletiva para a paz
 - 3.3.2.1.18. O Gang Gulabi: justiça para as mulheres
 - 3.3.2.1.19. Desafiar o status quo
- 3.3.3. Bibliografia
- 3.4. Divisão do trabalho: disposições tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 3.4.2.1. Constrangimentos intrínsecos e extrínsecos à participação das mulheres no mercado de trabalho
 - 3.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres no trabalho remunerado
 - 3.4.2.3. Masculinidades e trabalho remunerado
 - 3.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 3.4.4. Feminização da pobreza
 - 3.4.5. Dados sobre participação no mercado de trabalho, disparidades de gênero e diferentes formas de inserção no mercado de trabalho
 - 3.4.5.1. Indicadores
 - 3.4.5.2. Empregadas por ramo de atividade
 - 3.4.5.3. Empregadas por tipo de atividade
 - 3.4.5.4. Empregadas por situação profissional
 - 3.4.5.5. Empregadas por tipo de emprego
 - 3.4.6. Bibliografia
- 3.5. Políticas de cuidado e economia
 - 3.5.1. Cuidados para a vida
 - 3.5.2. Efeitos na vida das mulheres
 - 3.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e a outras atividades de cuidados
 - 3.5.2.2. Conceito de conciliação
 - 3.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a conciliação
 - 3.5.3. Atividades de cuidados e tarefas domésticas. Crianças que frequentam centros educativos e de acolhimento. Agregados familiares com pessoas dependentes
 - 3.5.3.1. Frequência semanal das atividades de cuidados e das tarefas domésticas. Espanha e UE-28
 - 3.5.3.2. Horas semanais das atividades de cuidados e das tarefas domésticas
 - 3.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais que cuidam de pessoas dependentes (por idade e sexo)
 - 3.5.4. Novas masculinidades
 - 3.5.5. Bibliografia

- 3.6. Género e migrações
 - 3.6.1. Causas e situação global das migrações
 - 3.6.2. Evolução histórica das migrações
 - 3.6.3. O fenómeno da feminização das migrações
 - 3.6.4. Características dos fluxos migratórios numa perspetiva de género
 - 3.6.5. Os efeitos dos processos migratórios nas mulheres
 - 3.6.6. Conclusão
 - 3.6.7. Estratégia de migração sensível às questões de género
 - 3.6.8. Bibliografia
- 3.7. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento
 - 3.7.2.1. Objetivos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Espanhol
 - 3.7.2.2. Políticas e instrumentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 3.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 3.7.3. Género e *advocacia*
 - 3.7.4. Género e desenvolvimento
 - 3.7.5. Planeamento sensível à questão do género
 - 3.7.5.1. Orientações para os processos de planeamento
 - 3.7.6. Quadros de Parceria País (QPP) e ferramentas de cooperação espanhola disponíveis
 - 3.7.7. Diretrizes para a transversalização
 - 3.7.7.1. Lista de verificação
 - 3.7.7.2. Lista de verificação da fase 1. Etapa 0
 - 3.7.8. Bibliografia
- 3.8. Políticas Públicas com uma perspetiva de género
 - 3.8.1. Introdução
 - 3.8.2. Economia do desenvolvimento
 - 3.8.2.1. Bases económicas do desenvolvimento
 - 3.8.2.2. Definição de economia do desenvolvimento
 - 3.8.2.3. Evolução da economia do desenvolvimento
 - 3.8.3. Economia de género
 - 3.8.4. Políticas Públicas com uma perspetiva de género
 - 3.8.5. Metodologia de orçamentação com base no género
 - 3.8.6. Índices de Desenvolvimento Humano relacionados com o género
 - 3.8.6.1. Conceito
 - 3.8.6.2. Parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano
 - 3.8.7. Bibliografia
- 3.9. A perspetiva de género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 3.9.1. O género na Cooperação Internacional. Evolução histórica
 - 3.9.2. Conceitos básicos
 - 3.9.2.1. Igualdade de género
 - 3.9.2.2. Igualdade de género
 - 3.9.2.3. Equidade de género
 - 3.9.2.4. Masculinidades
 - 3.9.2.5. Patriarcado
 - 3.9.2.6. Divisão sexual de trabalho
 - 3.9.2.7. Papéis de género
 - 3.9.2.8. Abordagem setorial
 - 3.9.2.9. Abordagem transversal
 - 3.9.2.10. Necessidades práticas
 - 3.9.2.11. Interesses estratégicos em matéria de género
 - 3.9.3. Por que razão é importante integrar a abordagem de género nos processos de desenvolvimento?
 - 3.9.4. Decálogo para a transversalização da abordagem de género
 - 3.9.5. Indicadores de género
 - 3.9.5.1. Conceito
 - 3.9.5.2. Áreas que podem ser objeto de indicadores
 - 3.9.5.3. Características dos indicadores de género
 - 3.9.5.4. Finalidade dos indicadores de género
 - 3.9.6. Bibliografia

Módulo 4. Direitos Ambiental

- 4.1. O Direito Ambiental
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. O que é?
 - 4.1.3. Em que consiste o Direito Ambiental
 - 4.1.4. Características do Direito Ambiental
 - 4.1.5. Natureza jurídica
 - 4.1.6. Antecedentes
 - 4.1.7. História
 - 4.1.8. Objetivo do Direito Ambiental
 - 4.1.8.1. Fontes
 - 4.1.9. Princípios
 - 4.1.10. Fins
- 4.2. Direitos Ambiental
 - 4.2.1. O que entendemos por ambiente?
 - 4.2.2. Quais são os nossos direitos ambientais?
 - 4.2.2.1. O que são?
 - 4.2.3. Direito a usufruir de um ambiente saudável
 - 4.2.4. Direito de acesso à informação
 - 4.2.5. Direito de participação na gestão ambiental
 - 4.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 4.2.7. Princípios gerais do Direito Ambiental
 - 4.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 4.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 4.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 4.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 4.2.10. Conclusão
- 4.3. Deveres em matéria de Direito Ambiental
 - 4.3.1. Introdução
 - 4.3.2. O que são deveres ambientais?
 - 4.3.2.1. Definição e conceito
 - 4.3.3. Quais são os direitos ambientais?
 - 4.3.4. Dever de preservação ambiental
 - 4.3.5. Dever de respeitar as normas ambientais
 - 4.3.6. Dever de fazer vigilância cívica
 - 4.3.7. Dever de informar
 - 4.3.8. Dever de indemnização por danos ambientais
 - 4.3.9. Conclusões
- 4.4. Participação dos cidadãos na proteção ambiental
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.1. Introdução
 - 4.4.2.2. Conceito de monitorização
 - 4.4.2.3. O que é a monitorização ambiental participativa?
 - 4.4.2.4. Para que serve?
 - 4.4.2.5. Quem pode participar?
 - 4.4.2.6. Plano de monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 4.4.2.8. Etapas da monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.9. Fases
- 4.5. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. PNUMA
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.2. Definição e conceito
 - 4.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 4.5.3.1. Objetivo geral
 - 4.5.4. História e evolução
 - 4.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUMA?
 - 4.5.5. Missão do PNUMA
 - 4.5.6. Atividades
 - 4.5.7. Localização do PNUMA
 - 4.5.7.1. A nível nacional e internacional
 - 4.5.8. Quarto Programa de Montevidéu para o Desenvolvimento e Revisão Periódica do Direito Ambiental
 - 4.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 4.5.9. Conclusão

- 4.6. Alterações ambientais globais e alterações climáticas
 - 4.6.1. Introdução
 - 4.6.2. Ambiente global
 - 4.6.2.1. Conceito
 - 4.6.3. Alterações climáticas
 - 4.6.3.1. Conceito
 - 4.6.4. Evolução da teoria das alterações climáticas
 - 4.6.5. Alterações ambientais globais
 - 4.6.5.1. Passado e presente
 - 4.6.6. Características das alterações ambientais globais
 - 4.6.6.1. Alterações do nível do mar
 - 4.6.7. Consequências das alterações ambientais globais
 - 4.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
 - 4.6.9. Alterações climáticas e impacto na agricultura
 - 4.6.10. Estratégias e dilemas de sobrevivência
 - 4.6.10.1. Migração
- 4.7. Direitos do ambiente no mundo
 - 4.7.1. Introdução
 - 4.7.2. Países que lutam pelos direitos do ambiente
 - 4.7.3. Equador
 - 4.7.4. Espanha
 - 4.7.5. México
 - 4.7.6. Peru
 - 4.7.7. Desenvolvimento Sustentável
 - 4.7.7.1. Conceito
 - 4.7.8. História e evolução
 - 4.7.9. Óticas do Desenvolvimento Sustentável (DS)
 - 4.7.10. Lei geral sobre o Desenvolvimento Florestal Sustentável
 - 4.7.10.1. Descrição
 - 4.7.10.2. Objetivo





“

Abordará a necessidade de implementar políticas interculturais com uma perspetiva de género nos países de origem e de acolhimento”

05

Metodologia

Este programa de capacitação oferece uma forma diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e tem sido considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações, tais como a *New England Journal of Medicine*.



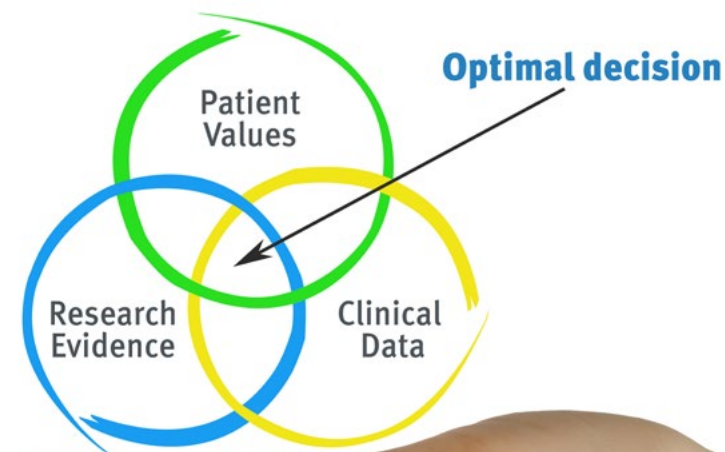
“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para o levar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na TECH utilizamos o Método de Caso

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos clínicos simulados com base em pacientes reais nos quais terão de investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver a situação. Há abundantes provas científicas sobre a eficácia do método. Os especialistas aprendem melhor, mais depressa e de forma mais sustentável ao longo do tempo.

Com a TECH pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo.



Segundo o Dr. Gérvas, o caso clínico é a apresentação anotada de um paciente, ou grupo de pacientes, que se torna um "caso", um exemplo ou modelo que ilustra alguma componente clínica peculiar, quer pelo seu poder de ensino, quer pela sua singularidade ou raridade. É essencial que o caso seja fundamentado na vida profissional actual, tentando recriar as condições reais da prática profissional do médico.

“

Sabia que este método foi desenvolvido em 1912 em Harvard para estudantes de direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método é justificada por quatro realizações fundamentais:

- 1 Os estudantes que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, mas também desenvolvem a sua capacidade mental através de exercícios para avaliar situações reais e aplicar os seus conhecimentos.
- 2 A aprendizagem é solidamente traduzida em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
- 3 A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir de um ensino real.
- 4 O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os estudantes, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento do tempo passado a trabalhar no curso.



Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

O profissional aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.



Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis globais de satisfação dos profissionais que concluem os seus estudos, no que diz respeito aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

Utilizando esta metodologia, mais de 250.000 médicos foram formados com sucesso sem precedentes em todas as especialidades clínicas, independentemente da carga cirúrgica. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8,01, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.



Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas cirúrgicas e procedimentos em vídeo

A TECH traz as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, para a vanguarda da atualidade em enfermagem. Tudo isto, na primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a assimilação e compreensão do estudante.

E o melhor de tudo, pode observá-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais a fim de reforçar o conhecimento.

Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu".



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação.





Análises de casos desenvolvidas e conduzidas por especialistas

A aprendizagem eficaz deve necessariamente ser contextual. Por esta razão, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o perito guiará o estudante através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



Masterclasses

Há provas científicas sobre a utilidade da observação de peritos terceiros: Learning from an Expert fortalece o conhecimento e a recordação, e constrói confiança em futuras decisões difíceis.



Guias rápidos de atuação

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de folhas de trabalho ou guias de ação rápida. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar os estudantes a progredir na sua aprendizagem.



06

Certificação

O Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um Curso de Especialização emitido pela TECH Universidade Tecnológica.





“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao **Curso de Especialização** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

Este certificado contribui significativamente para o desenvolvimento da capacitação continuada dos profissionais e proporciona um importante valor para a sua capacitação universitária, sendo 100% válido e atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: **Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental**

ECTS: **24**

Carga horária: **600 horas**



*Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.



Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Curso de Especialização

Direitos Humanos, Igualdade
e Direito Ambiental